RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES PÚBLICAS DOS CAMPOS GERAIS - PR (1904-1950)

Maria Isabel Moura Nascimento
misabel@lexxa.com.br
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
Agência Financiadora: CNPq

Clarissa Borba Prieto
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
Bolsista PIBIC/CNPq

A presente pesquisa tem o propósito de contribuir para a produção do conhecimento na área da História da Educação Brasileira, através da reconstrução histórica das Instituições Escolares Publicas na Região dos Campos Gerais, no Estado do Paraná.

A pesquisa enfoca o período compreendido entre o início da República até a metade do século XX, que foi muito importante para o desenvolvimento do Estado do Paraná e para a História da Educação Brasileira. Neste período ocorreu a criação dos primeiros grupos escolares públicos na região dos Campos Gerais - PR, como concretização do importante papel da educação no processo de desenvolvimento e modernização da sociedade brasileira.

A história regional[1] contém singularidades e particularidades, que são específicas do objeto da pesquisa, mas a sua compreensão ampla só se dará mediante o movimento de aproximação e articulação com a organização social mais ampla, isto é, procurando compreender o movimento do real na região objeto do estudo, com as relações contraditórias que mantém com o contexto nacional, bem como, nas suas relações com

[1]Conceito de "região" e suas transformações, ver estudos de: CANO(1985); CORREA(1987); MARKUSEN(1977); SANTOS (1977); SANTOS(1978).

os países centrais. E nessa direção que analisaremos as condições materiais que foram dadas para o surgimento das primeiras escolas públicas a partir da divisão social do trabalho e a sua forma como forjaram uma escola pública e de caráter universal.

E com isso estaremos buscando ir de encontro a compreensão das transformações históricas da educação na região dos Campos Gerais, cuja sociedade foi formada com características próprias, oriundas particularmente do processo de imigração e com isso observar como se articulavam ao processo histórico do país no início da Primeira República.

A região dos Campos Gerais -Pr

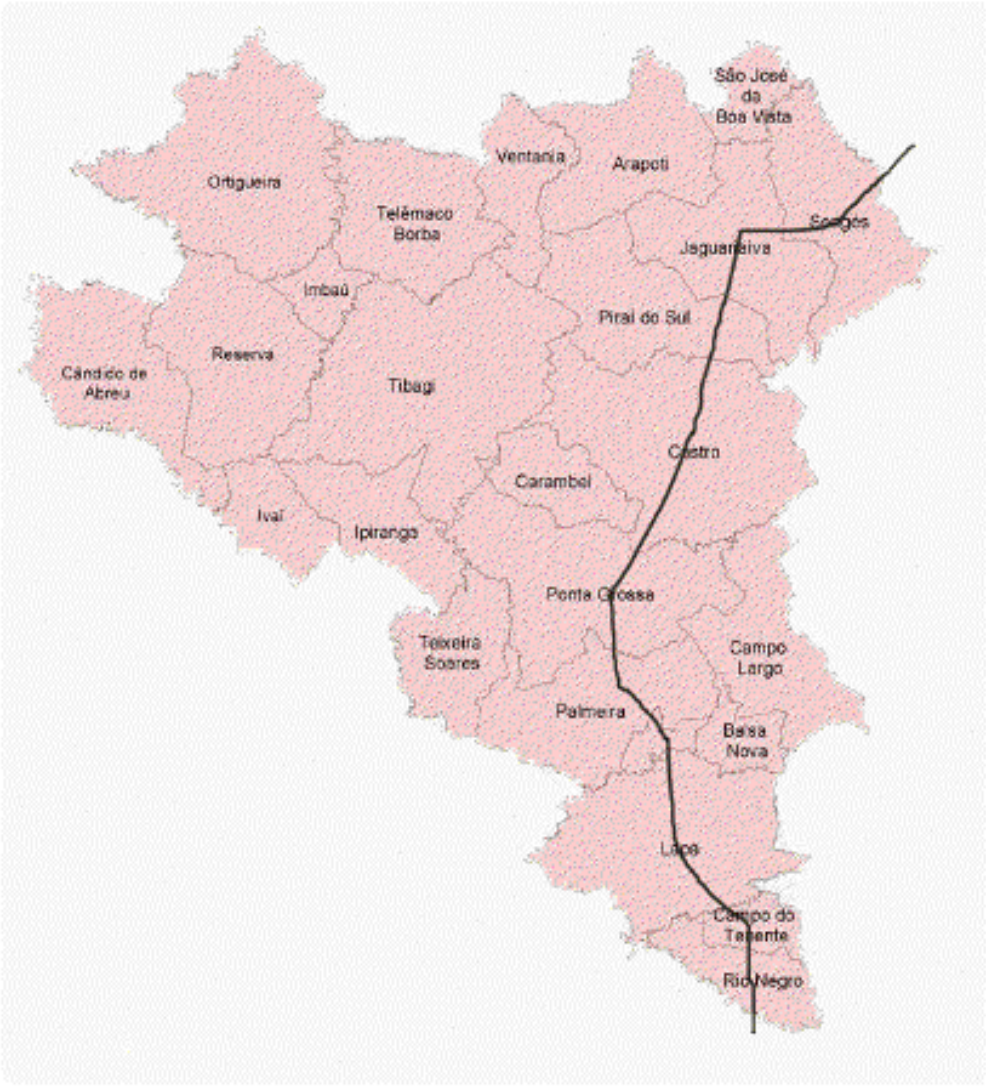
A região dos Campos Gerais foi formada por trabalhadores do campo e da cidade de nacionalidade brasileira e estrangeira. Entre os interesses contraditórios e conflitantes deste emaranhado de pessoas, esta pesquisa investiga os determinantes políticos, econômicos e sociais que produziram as condições reais para a criação das primeiras escolas na região dos Campos Gerais. No percurso da investigação procura-se, igualmente, compreender as condições de formação e trabalho dos professores, nas primeiras escolas públicas e a forma como os professores levavam a instrução à população das distantes cidades, umas das outras.

Como critério de delimitação do campo de pesquisa, foi adotada a área de atuação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), considerando os Campi Avançados e as atividades extensionistas. O trabalho de delimitar o espaço para estudo da reconstrução histórica dos Campos Gerais obrigou-nos ao processo complexo de ir às determinações mais gerais dos Campos Gerais, buscando compreender sua formação, os interesses que cercaram a organização da região e as articulações com outras regiões.

Atualmente, a região dos Campos Gerais, do Paraná compreende os seguintes municípios: Arapoti, Campo do Tenente, Cândido de Abreu, Castro, Ipiranga, Jaguariaíva, Ortigueira, Piraí do Sul, Porto Amazonas, Reserva, Balsa Nova, Campo Largo, Carambeí, Imbaú, Ivaí, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa e Rio Negro.

FIGURA N.1

MAPA DOS CAMPOS GERAIS-PR



Fonte: Organizado pelo autor- (2004)

Cabe lembrar aqui que a escolha da região dos Campos Gerais não se deu de forma aleatória, mas devido à amplitude territorial brasileira, cada unidade federada incumbiu-se por meio de suas Instituições de Ensino Superior - IES, da realização do trabalho em sua área de abrangência, fornecendo elementos para o desenvolvimento de pesquisas e fortalecendo a linha de pesquisa "História e Historiografia da Educação" da UEPG.

Na formação dos Campos Gerais - PR, vários grupos de colonos etnicamente homogêneos mantinham escolas próprias em suas colônias, porém fechadas aos habitantes nativos da região. Este fato parece ter sido o principal determinante no retardamento do processo de escolarização pública na região.

O grande fluxo de imigrantes que chegaram aos Campos Gerais desde o século XIX foi se instalando em colônias etnicamente homogêneas, o que, praticamente, propiciou a manutenção da cultura do país de origem sem mudanças. A instrução escolar dada aos filhos dos imigrantes não era diferente. Repetiam nas colônias as mesmas práticas educativas herdadas do país de origem e conduzidas por professores da própria etnia, especialmente contratados para dar continuidade à cultura natal.

A preocupação das elites com a questão do controle social e da afirmação da nacionalidade brasileira, teve como conseqüência a desconfiança dos imigrantes que se consideravam ameaçados pelo simples fato de ser cada um deles um "diferente", trazendo o "perigo" suplementar das ideologias revolucionárias. Era preciso, portanto, abrasileirar a todos, homogeneizar a nação. Com esta idéia, as escolas estrangeiras que não ensinavam por meio da língua portuguesa, foram obrigadas a encerrar suas atividades, pelo Governo Brasileiro.

Considere-se este fato como fundamental para a compreensão das conseqüências sobre a situação escolar na região. A partir de então, as pressões políticas decorrentes da falta de escolas para acolher os filhos dos imigrantes colaboraram para a expansão dos grupos escolares públicos na região, bem como passaram a gerar a demanda por uma escola de formação de professores para as novas instituições escolares.

Essa realidade de isolamento em relação às dificuldades e aos problemas enfrentados no processo de desenvolvimento dos Campos Gerais, tanto na fase do Império, como, ainda, na consolidação do regime republicano, foi fundamental no retardamento do desenvolvimento escolar na região, tendo em vista ter sido pequena a representação dos interesses para realizar a implantação dos primeiros grupos escolares nos Campos Gerais.

Mesmo com o advento da República, o número de analfabetos não diminuiu, uma vez que as condições escolares não alterariam esse quadro rapidamente. Por outro lado, a crescente entrada de imigrantes que chegavam já escolarizados favoreceu uma pequena estabilidade no número de pessoas analfabetas.

O Presidente do Estado Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, em seu relatório oficial em 1923, registra a incapacidade do regime republicano em atender aos alunos com ensino gratuito como lhes garantia a constituição.

> *Não sendo possível ao Estado cumprir escrupulosamente com o que preceitua o regimen republicano,--- o ensino gratuito a todas as classes sociaes, -- pois isso acarretaria despesas que os seus orçamentos absolutamente não comportam, municípios há onde as populações, na falta de escolas públicas, se cortejam para custear escolas particulares e deste modo mantêm-s innumeros estabelecimentos, muitos dos quaes adoptam ou procuram adoptar os methodos, programmas e livros officializado.* (PARANÁ. Mensagem Presidencial, 1923, p.5).

Embora os registros apontem para um significativo número de alunos matriculados nas escolas existentes, não há dados de quantos ficaram sem escolas. Apesar do Presidente do Estado afirmar que havia oferta de vagas para todas as classes sociais, sabemos que os pobres dos povoados, vilas e lugarejos, não tinham acesso à escola. Os filhos de imigrantes, ao contrário, contavam com uma boa escola nas colônias e com boa estrutura institucional importada de seus países de origem.

Segundo os relatórios do Governo do Paraná, o ensino oficial, em 1922, era representado por 34.274 alunos nas escolas primárias do Paraná, sendo 8.189 na capital e 26.085 no interior do Estado, acrescido esse número dos alunos mantidos pelo Povoamento do Solo, na Escola de Aprendizes e Artífices nas escolas particulares, totalizando-se 45.748 alunos.

Quadro 4

Número de alunos no Estado do Paraná

Tipo de Instituição	Número de alunos
Alumnos mantidos pelo governo do Estado	34.274
Alumnos mantidos pelo Povoamento do Solo	685
Alumnos Escola de Aprendizes Artífices	221
Alumnos de Escolas particulares	10.568
Total	45.748

Fonte: PARANÁ. Mensagem Presidencial, 1923, p.125

Se, no Império, a escola trazia marcas diferenciadas que expressavam as classes sociais, essa realidade vai se manifestar mais fortemente na Primeira República com as

contradições criadas pela sociedade capitalista. Por isso, com a expansão dos grupos escolares, uma pequena parcela do povo conseguia ter acesso à instrução, alterando minimamente o cenário de exclusão.

Naquele momento, as indústrias iniciavam o processo de produção. Com o abandono progressivo da produção artesanal era gerada uma demanda por homens com conhecimentos mínimos de leitura e cálculos. Era preciso, também, criar no trabalhador uma nova consciência o respeito ao trabalho, visto que do ponto de vista técnico a divisão manufatureira do trabalho deixa evidente que o trabalhador "[...] durante toda a sua existência nada mais é que força de trabalho, que todo seu tempo disponível é por natureza e por lei tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital"(MARX, 1996, p. 300) essa nova transformação ou exigência do capital não está preocupada com a "[...]duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade." (Idem, p. 301).

A indústria estava interessada em eliminar tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho, na qual o trabalhador era prisioneiro de uma só função ou

> [...] de uma tarefa parcial. Mas, ao mesmo tempo, a forma capitalista da indústria moderna reproduz aquela divisão de trabalho de maneira ainda mais monstruosa, na fábrica propriamente dita, transformando o trabalhador no acessório consciente de uma máquina parcial; e, fora da fábrica, por toda parte, com o emprego com introdução do trabalho das mulheres, das crianças e dos trabalhadores sem habilitação, que servem de nova base à divisão do trabalho. [...] Saber ler e escrever era para todos uma exigência do ofício. Tudo isso mudou com a máquina de imprimir. Esta precisa de duas espécies de trabalhadores, um adulto, o supervisor da máquina, e menino na maioria entre 11 e 17 anos cuja atividade consiste exclusivamente em colocar uma folha de papel na máquina e retirá-la depois de impressa. [...] Grande parte deles não sabe ler; geralmente criaturas embrutecidas, anormais." (Idem, p. 555-6).

A classe dominante se viu pressionada a criar espaços para a instrução, diante de tantos homens com dificuldades para operar as máquinas e, mesmo que a instrução elementar oferecida fosse miserável a indústria

> [...] rasgou o véu que ocultava ao homem seu próprio processo social de produção e transformava os ramos de produção naturalmente diversos em enigmas, mesmo para aquele que fosse iniciando num deles. Criou a moderna

> ciência da tecnologia o princípio de considerar em si mesmo cada processo de produção e de decompô-lo, sem levar em conta qualquer intervenção da mão humana, em seus elementos constitutivos. As formas multifárias, aparentemente desconexas e petrificadas do processo social de produção se decompõem em explicações da ciência conscientemente planejadas e sistematicamente especializadas segundo o efeito útil requerido. (MARX, 1983, p. 599).

Ao se consolidar o processo inicial de industrialização no país, o ensino elementar passou a ter força maior, porque reforçava a assimilação do mito de que somente a escola poderia gerar o progresso.

Nesse contexto, não se poderia pensar em ser contrário à industrialização, visto que isto seria "sinônimo" de estar contra a Nação. Isso num quadro em que o café era o principal produto econômico do país. Quando o preço do café caía no mercado internacional, o governo brasileiro era pressionado pelos cafeicultores a intervir nos preços internos e na taxa cambial, com o propósito de manter a rentabilidade de seus negócios e a manutenção de seu patrimônio. O Governo, por sua vez, altamente depende das divisas em moeda estrangeira gerada pela exportação do café sempre atuou na defesa dos negócios dos cafeicultores.

Os Campos Gerais tinham sua base econômica apoiada no "[...] pinho e a erva mate[2], apesar das crises sucessivas que a região enfrentava no seu instável mercado." (WACHOWICZ, 1968, p.134). A economia dos Campos Gerais – PR era movimentada, particularmente pela industrialização e pela comercialização destes produtos.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918), o pinho tornou-se o principal produto na economia do Paraná, mormente em razão da impossibilidade de importação de madeira similar. Em conseqüência, o país passou a utilizar o pinho brasileiro, vindo do sul do país. O Paraná tornou-se, então, abastecedor do mercado interno, como também externo, fornecendo para Buenos Aires "[...] que rapidamente deu preferência

---

[2] Sobre a economia ervateira paranaense na primeira metade do século XIX, consultar SOUZA, 1967, p.1-40.

à madeira do Paraná, dada a sua qualidade superior.” (Idem, 1968, p.135).

O Paraná foi beneficiado porque o pinho era abundante na região, do mesmo modo como outros tipos de madeiras nobres, e em razão disso, “[...] multiplicaram-se as serrarias, de preferência ao longo da estrada de ferro, [....] ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul.” (Idem1968, p.135). A conseqüência desta nova realidade econômica é o desmatamento desordenado, alterando toda a formação natural das matas, modificando o percurso de rios, extinguindo certas espécies de animais e plantas nativas da região dos Campos Gerais.

As classes dominantes que se formavam na primeira República na região dos Campos Gerais tiveram origem na colonização que já estava adaptada e isso “[...] se deu em ‘vazios sociais, ’ o que imprimirá à sociedade que vai se confirmando, característica específica.” (PARANÁ. Curitiba, fev. 1881).

Podia-se também tornar proprietário de serrarias em suas próprias terras ou se dedicar a atividades pecuárias. Não se tratava de uma classe proprietária de terras tipicamente voltada para a produção agrícola de mercado, mas para o consumo próprio e, geralmente, apoiada em bases capitalistas.

Organizar-Se Em Torno Dos Ideais Liberais

O Estado procurava organizar-se em torno dos ideais liberais para garantir os mecanismos de sustentação da República em uma sociedade capitalista. Para isso, era preciso instruir o povo, fazer campanhas, mesmo com poucas ou nenhumas construções de escolas públicas e gratuitas do ensino primário.

Divulgava-se, por meio dos jornais, que o povo deveria perceber o que era proposto por meio da moral republicana para que se

> *[...] effective a libertação mais custosa, não menos importante, porque è a liberdade em obras. A liberdade sem a instrucção e especialmente, sem a educação moral do povo, é um mytho, é um perigo para a patria, é o desencadeamento das paixões, das mãos instinctos; é o predominio da força bruta, como os factos, na vida da Republica,*
> *nos tem revelado. Quem faz o homem sociavel ou social é a educação, e ela tem sido muito descurada entre nós. (Jornal Diário dos Campos, 8.1.1919).*

Pretendia-se viabilizar a transformação do país por meio da instrução do povo, visto que a educação era considerada a redentora da situação de atraso no desenvolvimento econômico e social do país.

> *[...] popular, sem o seu realçamento sem a educação e cultura de cada particular elemento social, não se obtem o progresso da sociedade, no seu todo, enquanto não se eleva o meio sem melhorar os indivíduos. O progresso é um triumpho e na batalha que a elle conduz, a primeira condição é estar desembaraçado da ignorancia, dos preconceitos, conhecer os recursos que podem servir, conhecer o alcance de cada tentativa. (Jornal Diário dos Campos 26.11. 1914).*

A campanha para a escolarização da população periférica[3], significava dar apenas a escolaridade elementar das séries iniciais, o suficiente para atender aos interesses da burguesia liberal dominante.

Os filhos dos representantes da classe dominante freqüentavam as boas escolas privadas, já que os pais consideravam que, para seus filhos progredirem, era preciso ter:

> Mais educação ingleza pra que possamos progredir como os americanos do norte. Nada nos autorisa a seguir a rotina dos paizes latinos. A nossa constituição e a nossa forma de governo são americanos. As nossas leis são os reflexos das liberais leis inglesas, desse-nos o sr. Ruy Barbosa. O ensino primário nos Estados em que tem dado melhores resultados é ministrado por processos inglezes ou americanos e mesmo já há uma tendência para modificar o ensino technico superior nos moldes inglezes ou allemaes. (Jornal Diário dos Campos, 26.01.1924).

---

[3] População formada por caboclos, negros e índios de origem nacional que vivia sem escolarização, pois, os imigrantes possuíam escolas próprias.

Trabalho Junto Às Escolas Das Cidades Dos Campos Gerais-Pr

Este trabalho realizado junto às escolas das cidades dos Campos Gerais-Pr acreditamos estar contribuindo para desvelar parte da história da cidade e da região, com o compromisso de promover o fortalecimento dos laços de pertencimento.

Os resultados da pesquisa serão disponibilizados em um catálogo com o acervo de fontes coletadas e os verbetes produzidos sobre cada Instituição Escolar, para ser disponibilizado na forma impressa em papel, e na forma digitalizada em CD-Rom.

Desta forma, espera-se que este material constitua-se em fonte de informações para as atividades de ensino, pesquisa e extensão das várias Instituições de Ensino Superior, em especial do Paraná. Ele fornecerá à comunidade científica, especificamente da área da educação, elementos para o avanço do conhecimento sobre a História da Educação na Região, bem como, as condições necessárias que possibilitarão o surgimento de novas pesquisas na área.

Os produtos gerados nesta pesquisa serão distribuídos às escolas da Região dos Campos Gerais, com o objetivo de possibilitar às comunidades a ampliação do conhecimento sobre suas Instituições Públicas.

Na área da História da Educação podemos encontrar inúmeros trabalhos sobre história das Instituições Escolares. Sobre a investigação de um conjunto de Instituições Escolares encontramos apenas um trabalho realizado na USP, com apoio da FAPESP, que deu origem aos livros: "Escolas profissionais públicas do Estado de São Paulo: uma história em imagens" e "Inventário de Fontes Documentais: Contribuição à Pesquisa do Ensino Técnico no Estado de São Paulo", ambos organizados por Carmem Sylvia Vidigal Moraes e Júlia Falivene Alves.

Trata-se de tema ainda não investigado na região dos Campos Gerais – PR. Com esta proposta pretendemos preencher uma lacuna na História da Educação do Estado do Paraná, na medida em que se pretende realizar o resgate das fontes e a partir destas a reconstrução histórica das Instituições Escolares.

De certa forma, a realização da pesquisa proposta neste projeto, dará continuidade de pesquisa que eu desenvolvi individualmente no período de 2000 a 2004, quando investiguei a formação de professores na Região dos Campos Gerais - PR no final do século XIX e início do século XX, para a produção da minha tese de doutoramento com o título: "A Primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR", defendida na Faculdade de Educação da UNICAMP, em 2004. Durante a pesquisa tive a oportunidade de conhecer o desenvolvimento da região e o surgimento de suas instituições escolares.

Assim, justifica-se o esforço de contribuir com a reconstrução histórica das Instituições Escolares tendo por base o levantamento e catalogação das fontes documentais.

Desta forma acreditamos estar investigando o problema proposto como objeto da investigação que neste projeto diz respeito ao resgate de fontes históricas e a reconstrução histórica das Instituições Escolares Públicas criadas na Região dos Campos Gerais do Paraná, no período de 1904 a 1950. Diante das precárias condições de manutenção dos acervos de fontes primárias das Instituições Escolares, e das dificuldades do pesquisador em interpretar as fontes e da busca de significado das fontes em relação ao conjunto de fatores presentes na história da escola.

A proposta de resgate das fontes históricas e de reconstrução histórica das Instituições Escolares defronta-se com dois problemas presentes nas investigações da História das Instituições Escolares, que são: o trabalho de levantamento e catalogação de fontes diante das precárias condições de armazenamento e manutenção pelas escolas públicas e o trabalho de articulação dos diversos tipos de fontes, de modo a não deixar escapar as características e o significado do fenômeno investigado. (SAVIANI, 1999).

O processo de resgate das fontes das Instituições Escolares e de escrever a história destas Instituições amplia as possibilidades de compreensão da própria História da Educação, na medida em que elas se relacionam com o todo, e não é uma mera subdivisão da educação. A reconstrução histórica depende essencialmente das fontes, que são o ponto de origem, a base e o ponto de apoio para a produção historiográfica.

Os resgates das fontes das Instituições Escolares ganham significado na medida em que traz a expressão de sujeitos ou grupos sociais específicos, que representam um

contexto histórico determinado, sendo relevantes para compreensão da História da Educação de uma sociedade.

No entanto, temos verificado em pesquisas anteriores, que a situação de manutenção das fontes pelas escolas públicas não é muito diferente da maioria dos acervos de Instituições Escolares do restante do país, com documentação dispersa, sem qualquer acondicionamento, deteriorando-se e sendo perdida. As Instituições Escolares, salvo pouquíssimas exceções, não têm a cultura que leve a uma prática continua de preservação de fontes. Encontramos com freqüência a existência do arquivo morto como um amontoado de papéis, caixas velhas, instalados em cubículos, porões ou banheiros quebrados, onde a poeira, a umidade e as traças se encarregam de executar a deterioração do material.

Diante desta realidade há a necessidade de providências urgentes no sentido de que se realize o resgate das fontes, bem como, se consiga o envolvimento das escolas e de sua administração no esforço de preservação da memória institucional da Escola Pública.

Desta forma, o nosso empenho é de criar as condições objetivas para a preservação das fontes das Instituições Escolares selecionada para esta pesquisa, que possibilitem ao historiador buscar a explicitação da singularidade e da identidade histórica das Instituições Escolares.

Por esta razão, esta pesquisa torna-se significativo no que se refere à garantia da preservação de um acervo de fontes indispensáveis às pesquisas no campo da História da Educação brasileira e especificamente dos Campos Gerais do Paraná.

Com relação ao significado da reconstrução histórica das Instituições Escolares recorro às palavras do historiador Hobsbawm, quando diz que: “O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana”. Ou: “[...] o passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma”. (1998, p. 23 e 30).

Vale ressaltar, que no trabalho de reconstrução histórica é importante a relação do pesquisador com as fontes, pois “[...]a amplitude do olhar do pesquisador se dá ao

levantar as fontes. Aí ele não identifica apenas objetos específicos, mas descobre outras questões-sociais que demarcam um período. (MIGUEL, 2004, p. 116)

A pesquisa tem como objetivo geral a reconstrução histórica das Instituições Escolares na Região dos Campos Gerais, do Estado do Paraná, no período compreendido entre o início da República até a década de cinqüenta do século XX.

A pesquisa está sendo realizada nas Instituições Escolares Públicas criadas na Região dos Campos Gerais do Paraná, no período de 1904 a 1950. Como critério de delimitação do campo de pesquisa foi adotada a área de atuação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), considerando os Campi Avançados e as atividades extensionistas na Região dos Campos Gerais-PR., que compreende dezenove municípios: Arapoti, Campo do Tenente, Cândido de Abreu, Castro, Ipiranga, Jaguariaíva, Ortigueira, Piraí do Sul, Porto Amazonas, Reserva, Balsa Nova, Campo Largo, Carambeí, Imbaú, Ivaí, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa e Rio Negro.

O período histórico da pesquisa está delimitado inicialmente em 1904, por ser o ano de criação do primeiro Grupo Escolar na região. O ano de 1950 encerra um ciclo de criação de escolas públicas, tendo em vista, que a partir da década de 1950 a escolarização amplia-se significativamente. No levantamento das Instituições Escolares criadas na região e no período delimitado para esta pesquisa foram registradas as seguintes escolas:

	Escolas Públicas	**Ano de fundação**	**Local**
1	Grupo Escolar “Dr. Vicente Machado”	1904	Castro
2	Colégio Municipal Jesuíno Marcondes	1907	Palmeira
3	Grupo Escolar “Senador Correia”	1912	Ponta Grossa
4	Instituto de Educação Estadual “ Prof. César Prieto Martinez”	1920	Ponta Grossa
5	Escola Normal de Ponta Grossa	1924	Ponta Grossa

6	Grupo Escolar Regente Feijó	1927	Ponta Grossa
7	Grupo Escolar Villa Pirahy	1928	Piraí do Sul
8	Grupo Escolar Júlio Teodorico	1935	Ponta Grossa
9	Escolas dos Trabalhadores Rurais	1935	Ponta Grossa
10	Grupo Escolar Professor Dr. Colares	1937	Ponta Grossa
11	Grupo Escolar Jesuíno Marcondes	1938	Palmeira
12	Grupo Escolar General Osório	1939	Ponta Grossa
13	Escola Ferroviária Cel.Tiburcio Cavalcante	1940	Ponta Grossa
14	Grupo Escolar de Porto Amazonas	1940	Palmeira
15	Grupo Escolar de Iratí	1942	Iratí
16	Grupo Escolar Prof. Amálio Pinheiro	1942	Ponta Grossa
17	Escolar José Elias Rocha	1944	Ponta Grossa
18	Colégio Estadual "Dr. Alberto Gonçalves	1947	Palmeira
19	Colégio Estadual "Jorge Queiroz Netto"	1948	Piraí do Sul.

Alguns municípios da Região não foram incluídos na pesquisa, devido suas Instituições Escolares terem sido criadas após 1950. A pesquisa está sendo realizada com os seguintes passos descritos abaixo.

A primeira atividade consiste no trabalho de levantamento, coleta e catalogação das fontes. Esta atividade será realizada considerando a ordem cronológica de criação das Instituições Escolares. A catalogação das fontes levantadas será registrada com fichas eletrônicas com os dados essenciais.

A segunda atividade consiste na digitalização das fontes nos formatos de texto e imagem.

A terceira atividade será a realização do trabalho de organização das fontes digitalizadas e a inclusão dos dados das fichas de catalogação;

Quarta atividade: Durante o trabalho de levantamento e coleta de fontes em cada escola buscar-se-á a conscientização da comunidade escolar sobre a importância da preservação das fontes históricas da Instituição Escolar, através da promoção de reuniões, palestras e cursos. Para este trabalho de conscientização pretende-se envolver os professores e os alunos para que apreendam as noções básicas de tratamento dos

documentos, visando a preservação, além da contribuição da museologia na definição de uma sistemática de registro e tombamento das peças em acervos já constituídos. Para essa tarefa contamos com a participação de especialistas da Universidade em arquivos e acervos históricos, museu, história oral, fotografia, informática e de outras áreas.

A quinta atividade será a preparação do verbete de cada instituição pesquisada com o registro da história de origem da escola e os reflexos no atendimento à região onde está situada. O verbete terá categorias determinadas, que ajudam ao pesquisador uma identificação inicial como: as denominações da Instituição até o presente; imagens da Instituição que mostrem as transformações no seu prédio e no entorno, uma reconstrução histórica da Instituição, onde aparecem os dados principais de inauguração, fundação, clientela atendida, a relação da escola com a imigração, características profissionais dos pais dos alunos atendidos pela escola, os tipos de formação oferecida pela escola.

Na Sexta atividade será organizado um catálogo com os resultados da pesquisa, para disponibilizar ao público interessado o material coletado, catalogado e digitalizado, bem como, com os verbetes produzidos sobre as Instituições Escolares. O catálogo será impresso em papel e em CD-ROM utilizando a tecnologia multimídia, para a disponibilização das fontes digitalizadas e dos verbetes sobre as escolas pesquisadas.

Para responder aos desafios teórico-metodológicos da pesquisa com fontes históricas, a organização das fontes de cada escola será realizada a partir da cronologia de sua produção e articulando os seus conteúdos aos contextos de referência, de maneira a agregar elementos de compreensão das próprias fontes.

Bibliografia

ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR., D. (orgs.). *Novos temas em História da Educação brasileira*. Instituições Escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

HOBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

MIGUEL, M. E. B. Do levantamento de fontes à construção da historiografia: uma tentativa de sistematização. In. LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). *Fontes, História e Historiografia da Educação*. Campinas, SP: Autores Associados:

HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004. p. 111 – 140.

PAULILO, A. et al. Arquivo Fernando de Azevedo: instrumentos de pesquisa em fonte primária. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). *Pesquisa em História da Educação: perspectivas de análise, objetos e fontes*. Belo Horizonte, 1999. p. 201-208.

SANFELICE, J. L. História, Instituições Escolares e gestores educacionais. Texto inédito. 2006.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). *Fontes, História e Historiografia da Educação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004. p. 3 – 12.

_____ História das idéias pedagógicas: reconstruindo o conceito. In: FARIA FILHO, L.M. (Org.) *Pesquisa em História da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes*. Belo Horizonte: HG Edições,1999, p.9-24

SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (orgs.). *História e História da Educação. O debate teórico-metodológico atua*l. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

VIDAL, D. G.. Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a História da Educação.* Campinas: Autores Associados, 2000.p.31-43.

Fontes Primárias que foram catalogas

.

FONTES PRIMÁRIAS

PARANÁ. Relatório do Presidente da Província de 29.12.1820.
PARANÁ. Livro Atas – Castro, 1823.
PARANÁ. Decreto nº 15 de setembro de 1823.
PARANÁ. Lei 15 de novembro de 1827
PARANÁ. Código de Processos em 1835, criou o cargo de prefeito.
PARANÁ. Lei de 16. de março de 1846.
PARANÁ. Lei n. 704, de 29 de agosto de 1853 – A Província do Paraná desmembra-se da Província de São Paulo.
PARANÁ. Lei n. 17 de setembro se 1854. Primeira lei de ensino da Província do Paraná que cria a cadeiras do ensino secundário e trata da obrigatoriedade do ensino primário.
PARANÁ.Câmara Municipal de Curitiba. Sessões de 1820 a 1854. Boletim do Arquivo
PARANÁ. Regulamentos e Deliberações do Governo da Província do Paraná. Curityba:Typ. Paranaense, 1854.
PARANÁ.Lei de 27 de agosto de 1856.
PARANÁ. Regulamento de Ordem Geral para as escolas de instrução primária em 24 de abril de 1857. Leis e regulamentos da Província do Paraná. Curityba: Typ. Paranaense, 1857.
PARANÁ. Lei 21 de 2 de março de 1857.
PARANÁ. Lei nº 238. de 19 de março de 1870.

PARANÁ. Presidente da Província (1871:Barros). Relatório apresentando ao Presidente da Província do Paraná, Venâncio José de Oliveira Lisboa, pelo Inspetor Geral da Instrução Pública Bento Fernandes Barros. Curityba: Typ. de Candido Martins, 1871.
PARANÁ.Lei n. 190 de abril de 1871. Regulamenta a Instrução Pública da Província do Paraná. Leis e regulamentos da Província do Paraná: Typ. Commercial de J. F. Pinheiro, 1871.
PARANÁ. Relatório do Vice Presidente da Província Manoel Antonio Guimarães apresentado a Assembléia Provincial do Paraná. 17.02.1873, Curityba: Typografia da viúva Lopes, 1873.
PARANÁ. Assembléia Legislativa da Província do Paraná.(1874: Abranches). 1ª. sessão da 11ª. Legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de fevereiro de 1874. Curityba, Typ. 1874.
PARANÁ. Regulamento de instrução pública da Província do Paraná. Leis e regulamentos da Província do Paraná. Curityba:Typ. Paranaense, 1874.
PARANÁ.Lei n. 381 de 6 abril de 1874. Regulamenta a Instrução Pública. Leis e regulamentos da Província do Paraná. Curityba:Typ. Paranaense, 1874.
PARANÁ. Assembléia Legislativa da Província do Paraná (1876: Bulamarque) 15 de março de 1867 Curityba, Typ.. de Candido Lopes, 1876.
PARANÁ. Presidente da Província (1876:Lins).Relatório apresentado por Adolpho Lamenha Lins à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Província do Paraná. Curityba, Typ. 1876.
PARANÁ. Regulamento nº 46, de julho de 1876.
PARANÁ. Regulamento orgânico da instrução pública. Leis e regulamentos da Província do Paraná. Curityba:Typ. Lopes, 1876.
PARANÁ. Lei nº 456 de 12 de abril de 1876. Cria uma Escola Normal na Capital. Leis e regulamentos da Província do Paraná. Curityba: Typ. Paranaense, 1877.
PARANÁ.Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná No dia 15 de fevereiro de 1877 pelo Presidente da Provincia O Excellentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins
PARANÁ. Presidente da Província (1884:Oliveira). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Paraná por Brazílio Augusto Machado de Oliveira, Presidente da Província, no dia 15 de setembro de 1884. Curityba:Typ. Perseverança, 1884.
PARANÁ.Câmara Municipal de Curityba. Curityba:Imprensa Oficial, 1885. nº 50, p.42.
PARANÁ. Administração da Província do Paraná em 3 de maio de .1886. Curityba:S.n., 1886.
PARANÁ. Administração da Província do Paraná. (1888: Ribeiro). Relatório que ao Comendaddor Idelfonso Pereira Correia, 2. Vice Presidente apresentou José Cesário de Miranda Ribeiro por ocasião de passar-lhes a administração da Província do Paraná em 30 de junho de 1888. Curityba:Typ. Da Gazeta Paranaense, 1888.
PARANÁ.Constituição Políticas do Estado do Paraná de 1889
PARANÁ. Decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890.
PARANÁ. Regulamento do ensino obrigatório de 30 de março 1891. Decretos e regulamentos de 1890-1892. Curityba: Typ. da Penitenciária, 1891.
PARANÁ. Regulamento do ensino popular de 1892. Collecção de Leis Actos do Governo do Estado do Paraná de 1890-1892.
PARANÁ.Decreto nº2, de 24 de agosto de 1892. Regulamento do ensino popular de 1892. Actos do Poder Executivo do Estado, Curitiba: Typ. Da Penitenciária, 1911.

PARANÁ.Lei n. 42 de 12 de julho de 1892 . Reforma a ensino no Estado do Paraná. Collecção de Leis e Actos do Governo do Estado do Paraná DE 1890-1892. Curitiba, Tup da Penitenciária, 1911.
PARANÁ.Lei n. 917 24 de agosto de 1892 .
PARANÁ.Relatório ao Governador do Estado do Paraná Dr. Francisco Xavier da Silva, pelo Secretário de Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Caetano Alberto Munhoz, em 29 de setembro de 1894, Curityba: Impressora Paranaense , 1894.
PARANÁ. Lei n. 136 de 31 de dezembro de 1894. Reforma a ensino público do Estado do Paraná. Collecção de Leis e Actos do Governo do Estado do Paraná. Coritiba:Typ. D'A República, 1895.
PARANÁ.Governador do Estado do Paraná Dr. Francisco Xavier da Silva, pelo Secretário de Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Caetano Alberto Munhoz, em 29 de setembro de 1894, Curityba: Impressora Paranaense , 1894.
PARANÁ Decreto n.° 35, de 9 de fevereiro de 1895, que regulamentou a Instrução Pública no Estado do Paraná .
PARANÁ. Regulamento de Instrução Pública do Estado do Paraná de 9 de fevereiro de 1895.
PARANÁ. Presidente do Estado Paraná. Francisco Xavier. de 1 de fevereiro de 1901.
PARANÁ. Decreto nº93, de 11 de março de 1901, Regulamento o ensino da instrução pública do Estado do Paraná de 1901. In: Paraná, Leis e Actos do Estado do Paraná:Typ. D'A República, 1910.
PARANÁ. Regulamento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná de 1903.
PARANÁ. Relatório do inspetor escolar da capital, Sebastião Paraná, ao diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, em 31/12/1906
PARANÁ. Regulamento de Instrução Pública de 10 de dezembro de 1907. Decretos e regulamentos, Leis e Actos do Estado do Paraná. Curityba:Typ. d'A Republica, 1907.
PARANÁ. Regulamento de Instrução Pública. Lei 723 de 1907.
PARANÁ. Relatório do Diretor da Instrucção Pública do Paraná D'Albuquerque, B. B. L. Inspector Escolar da Capital In: Cerqueira, ªP. ed.,1908.
PARANÁ. Regulamento de Instrução Pública. de 1910.
PARANÁ. Decreto nº710 de 18 de outubro de 1915. Código de Ensino. Colleção de Decreto e Regulamentos de 1915. Curitiba, Typ. D' A República, 1916.
PARANÁ. Lei Municipal de 17.06.1916.
PARANÁ. Decreto 17 de 9 de janeiro de 1917.
PARANÁ. Lei nº1734 de 11 de março de 1917
PARANÁ.Código de Ensino. Estabelece diretrizes para organização da rede e ensino do Estado Colleção de decretos e regulamentos de 1917. Curitiba:Typ. D' A República, 1917.
PARANÁ.Decreto nº420 de 19 de junho de 1917. Adota o programa de ensino no Grupo Escolar Modelo da Capital e similares. In: Paraná, Leis, decretos, etc. Colleção de Decretos e Regulamentos. Curitiba: Typ. Da República, 1917.
PARANÁ. Presidente do Estado Paraná. Afonso Alves Camargo Ao installar a Segunda Sessão da 14a. Legislatura, em 1. de Fevereiro de 1919.
PARANÁ. Mensagem do Presidente do Estado Paraná. Afonso Alves Camargo. Ao installar a Segunda Sessão da 13 de fevereiro de 1919.
PARANÁ. Lei nº2.064 de 31 de abril de 1921.

PARANÁ. Relatório do inspetor geral do ensino, César Prieto Martinez, ao Secretário Geral do Estado, Marins Alves de Camargo, em janeiro de 1922
PARANÁ. Mensagem Presidencial Dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná Pelo Dr Caetano Munhoz da Rocha Presidente do Estado do Ao Installar a 2a. Sessão da 16a. Legislatura, em 1. de Fevereiro de 1923.
PARANÁ. Mensagem Presidencial Dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná Pelo Dr Caetano Munhoz da Rocha Presidente do Estado do Ao Installar a 1a. Sessão da 17a. Legislatura, em 1. de Fevereiro de 1924
PARANÁ. Diário Oficial 13.02.1924
PARANÁ. Relatório do inspetor geral do ensino, César Prieto Martinez, ao Secretário Geral do Estado, Marins Alves de Camargo, em janeiro de 31/03/1924
PARANÁ. Mensagem do Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha dirigida ao Congresso Legislativo ao Instalar-se a 1a. Sessão da 18 Legislatura. Curitiba 1 de fevereiro de 1926.
SÃO PAULO. Lei nº 34 de 16 de março de 1846. Repertório das leis promulgadas prela Assembléia Legislativa da Província de São Paulo desde 1853 até 1857. In Biblioteca Pública do Estado do Paraná, 1846.

MANUSCRITOS - Arquivo do Estado de São Paulo

ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO - S.Paulo 15 de junho de 1772.
SALLES, Campos. Almanach Literário da Província de São Paulo, 1878. Arquivo do Estado de São Paulo.
ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO VOL II,1902.
ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO VOL 6, fl. 71.

Documento Manuscritos Lata 01T1- n.de ordem 5129 caixa 01 (1849-1877)

Diploma da Escola Normal 26.04.1848
Predicado do Professor 14.02.1873
Of. Do Presidente da Província 15.01.77
Of. Do Presidente da Província 14.02.1877
Mandamentos da Igreja (prova da escola Normal) - 1875
Documento 1874 nº243